

João Vieira Borges

***O TERRORISMO TRANSNACIONAL
E O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO
DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA***

1. Introdução

Na sequência do “Curso de Terrorismo e Estudos de Segurança”, que frequentámos no *Marshall Center*²²⁷, publicámos em 2006, um artigo que versava a relação entre o terrorismo (e em particular entre o 11 de Setembro de 2001 9/11) e a transformação do planeamento estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América (EUA)²²⁸.

Entretanto, na sequência da actualização que temos vindo a efectuar sobre a evolução do planeamento estratégico nos EUA, aceitámos o desafio de reanalisar e reescrever os novos e relevantes caminhos trilhados. Este desafio é ainda acrescido pelo facto de terem sido publicados pouquíssimos trabalhos sobre esta temática (mesmo nos EUA!) o que aumenta a necessária “liberdade de acção” do investigador, que terá de ser equilibrada pela “responsabilidade” do militar e ex-aluno (com acesso a fontes privilegiadas) do *Marshall Center*.

Assim, este artigo constituiu fundamentalmente uma actualização do anterior, sustentada muito particularmente pela evolução significativa que teve o planeamento estratégico nos EUA nos dois últimos anos, em parte devido ao desequilíbrio verificado em termos de pensamento político (mais realista que neoconservador) no segundo mandato do presidente George W. Bush.

Nesse sentido, vamos muito sumariamente caracterizar o planeamento estratégico nos EUA até ao 9 11, assim como os vários documentos (com especial ênfase para os mais recentes) e respectiva hierarquia, sem olvidar a relação entre

* Adaptação da conferência com o mesmo título, proferida pelo autor no Instituto D. João de Castro, a 26 de Fevereiro de 2008

** Coronel de Artilharia com o Curso de Estado-Maior.

²²⁷ Para informações pormenorizadas sobre o *George C Marshall European Center for Security Studies*, consultar www.marshallcenter.org

²²⁸ Borges, João Vieira, “O Terrorismo e a Transformação do Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos EUA”, *Revista Nação e Defesa*, n.º 114, Verão 2006, Setembro 2006, pp. 193-227.

o 9/11 e a Transformação do Planeamento Estratégico. Identificaremos depois a evolução do “Pensamento Estratégico”, plasmada nos principais documentos de planeamento estratégico de segurança nacional dos EUA. Encerraremos com as necessárias considerações finais, sem esquecermos que entre a Estratégia explícita em documentos institucionais e a Estratégia praticada, existe uma diferença onde cabe também a Estratégia implícita. Mas para a análise das diferenças, precisaremos sempre do factor tempo, pelo que, por ora, nos ficamos pela Estratégia explícita, importante instrumento de poder das grandes potências.

2. *Planeamento Estratégico nos EUA*

Desde os anos sessenta do século XX que na Europa, e muito particularmente em França, o planeamento estratégico tem sido alvo de um ciclo que engloba vários documentos tendentes a delimitar uma estratégia global do Estado. Neste âmbito, é conhecido o trabalho desenvolvido pela escola francesa do General Beaufre, que conseguiu agregar a “Universidade” ao propósito de apoiar o Estado a delinear, de modo coordenado e integrado, uma estratégia integral de médio e longo prazo, construída tendo por base cuidadas estratégias gerais. Assim, o ciclo de planeamento estratégico, que englobava um conceito estratégico de defesa nacional, tinha subordinados vários conceitos estratégicos de âmbito militar, económico, político, psicológico, etc.

No caso dos EUA e em particular depois da segunda guerra mundial, a grande preocupação centrou-se na guerra-fria e no nuclear. A centralização do planeamento estratégico inerente a um regime presidencial de uma superpotência, e o facto da guerra-fria limitar a “transparência” do pensamento estratégico, levou a que não fossem difundidos os tradicionais conceitos estratégicos entre 1945 e 1989 (a Estratégia Explícita...porque a Implícita é facilmente dedutível pelas acções...), o que apagou, em parte, os grandes “pensadores suporte” das decisões presidenciais. Estrategistas como Edward Mead Earle, Bernard Brodie, Henry Kissinger, Thomas Schelling, Zbigniew Brzezinski e mais recentemente Edward Luttwak, marcaram o pensamento e o planeamento estratégico das últimas décadas nos EUA. A sua obra é mais ou menos conhecida e reconhecida (caso do Prémio Nobel da Economia 2005 a Schelling, sobretudo pela sua obra *The Strategy of Conflict*), mas tem características muito particulares, sobretudo se a compararmos com a escola francesa. Eis algumas dessas características que individualizam o pensamento e o planeamento estratégico nos EUA:

Os contributos da “Universidade” e das diferentes “agências” (casos da *National Defense University* e da *Rand Corporation*...) são significativos, dado que todas as instituições trabalham em prol do “interesse dos EUA” como potência global assumida;

A estratégia é entendida, pela maioria dos assessores e pensadores, como política em acto (concepção da vitória total), independentemente das opções democratas ou republicanas;

A estratégia nacional dos EUA (e a conduta da acção) provém de uma matriz de “dominação” assente em três eixos, respectivamente: o económico (dominante, porque “o sucesso económico é que cria as bases financeiras para o poder nacional”), o cultural (fundamental a “*way of life*”, os valores como a liberdade e os interesses...) e o militar (o instrumento mais dissuasor do poder nacional);

O pragmatismo, o utilitarismo e a objectividade dos conceitos de acção, que quando existem não constituem meras declarações de intenções;

A centralização da decisão, do planeamento estratégico e dos documentos estratégicos no presidente.

Apesar de tudo, e como “herança” da guerra-fria, os EUA não dispunham, até ao 9/11, de um ciclo de planeamento estratégico, apesar dos Presidentes terem sido alertados pelo Congresso, desde 1986²²⁹, a submeterem anualmente uma *National Security Strategy*²³⁰. Existiam efectivamente alguns documentos conjunturais, coerentes, mas nem sempre coordenados e integrados (casos da *National Security Strategy* de 1996 e da *Quadrennial Defense Review* de 1997). Podemos então identificar algumas das razões da ausência de um ciclo coordenado de planeamento estratégico de segurança nacional, até 2001:

A centralização do planeamento nas administrações e nos gabinetes, mais operacionais e executivos e menos ligados ao planeamento de médio e longo prazo (típico de uma potência global, com capacidade de intervenção global...);

A necessidade do Presidente dar constantemente resposta ao “dia a dia” (muitas vezes de modo informal), num mundo cada vez mais incerto e exigente em termos de capacidade de resposta;

A ausência de um “sentido de futuro” (com excepção do Departamento de Defesa) e de um planeamento de longo prazo (só depois de 2005 renasceria o sentido de “era”, construída pelos EUA...);

A dificuldade em colocar todos os (muitos) órgãos, agências e departamentos a falarem a mesma linguagem²³¹ e a aceitarem uma verdadeira “integração dos orçamentos” (sempre um problema limitador da criati-

²²⁹ Pela “Public Law 102-496, Stat.3190, U.S.C. 50”.

²³⁰ O próprio título variou entre “A National Security Strategy of Engagement and Enlargement” (1994-96), “A National Security Strategy for a New Century” (1997-99), até ao termo mais neutral de “National Security Strategy”.

²³¹ Em Março de 2006, ainda encontramos no FBI, no Pentágono, na CIA e na *Homeland Security*, diferentes conceitos de Terrorismo, mais associados aos interesses e missões de cada órgão, do que ao interesse nacional. Como adiante destacaremos, houve entretanto uma evolução considerável em termos de coordenação e integração das acções e mesmo dos conceitos.

vidade, mesmo nos EUA...), em função da redefinição das missões (que seria feita com um planeamento estratégico concertado).

3. Documentos e Hierarquia

Depois do 11 de Setembro houve uma profusão de estratégias nacionais emanadas do Presidente ou do seu Conselho de Segurança Nacional²³². Depois da *National Security Strategy* de 2002, dominada pelo 9/11, pelo combate ao terrorismo e por uma visão unilateralista e neoconservadora, foram difundidas, numa segunda linha, várias estratégias nacionais, a saber: a *National Strategy for Homeland Security* (2003); a *National Strategy for Combating Terrorism* (2003); a *National Strategy for the Physical Protection of Critical Infrastructure and Key Assets* (2003); a *National Strategy for Secure Cyberspace* (2003); a *National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction* (2002).

Numa terceira linha, de nível departamental, foram ainda difundidos alguns documentos estratégicos de que salientamos: a *National Defense Strategy* do Departamento da Defesa (2005); a *National Money Laundering Strategy*, dos Secretários do Tesouro e da Justiça; e a *National Strategy to Combat Terrorism Travel*, do Centro Nacional de Contraterrorismo (2006).

Ao nível do Departamento da Defesa²³³, ainda foram emitidos documentos estratégicos de âmbito estratégico, operacional e tático, tais como o *National Military Strategy* (2004)²³⁴, o *National Military Strategic Plan for the War on*

²³² *National Security Council*, que desde 1949 constitui o principal órgão de conselho do Presidente para assuntos de segurança nacional e negócios estrangeiros e que serve ainda de apoio à coordenação das políticas entre as várias agências governamentais. Inclui o Vice-Presidente, o Secretário de Estado, o Secretário do Tesouro, o Secretário da Defesa, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o Director Nacional das Informações e o Assessor do Presidente para os Assuntos de Segurança Nacional entre outros. O NSC, com um staff de cerca de 225 pessoas (onde se destacam os comités, como o *Policy Coordination Committees* por sua vez organizado por regiões, por funções e por controlo de armamento...), trabalha (por consensos) para o "president's national security advisor" e constitui o guardião da NSS, dada a facilidade de coordenar o trabalho de todas as agências e departamentos.

²³³ Que de quatro em quatro anos emite o *Quadrennial Defense Review Report* (QDR), verdadeiro instrumento para a transformação das Forças Armadas, que na sua versão de 6 de Fevereiro de 2006 (o anterior datava de 30 de Setembro de 2001) inclui lições aprendidas e quatro áreas estratégicas já imbuídas do espírito realista: parcerias; prevenção; forças conjuntas e combinadas; incerteza e imprevisibilidade. Tendo por base o *National Defense Strategy*, constitui um instrumento do DoD para a Transformação das Forças Armadas, no sentido de fazer face aos "desafios assimétricos", considerados pela sua natureza como "irregulares, catastróficos e perturbadores". O QDR 06 identifica quatro prioridades no sentido da transformação, a saber: derrotar as redes terroristas, negando-lhes a possibilidade de execução de acções no âmbito nacional, regional e local; defender o TN em profundidade, mantendo os potenciais agressores e suas ameaças à distância; influenciar as opções estratégicas dos países onde haja interesses dos EUA; prevenir que Estados hostis e actores não estatais adquiram ou utilizem ADM. Entre as acções já planeadas destacam-se o significativo crescimento do poder de combate disponível (46% até 2011), o incremento das Special Operations Forces e do US Special Operations Command (SOCOM) e o investimento no reforço da formação cultural dos militares, para melhor enfrentarem uma guerra contra "extremistas violentos".

²³⁴ Define os objectivos militares e os conceitos de operações conjuntas e descreve os planos das Forças Armadas (o modo e os meios) para prevenir conflitos e ataques de surpresa e para se superiorizar a adversários que constituam ameaça ao Território Nacional dos EUA, a forças, a aliados e a amigos. Assenta o sucesso em duas prioridades: ganhar a guerra contra o terrorismo; melhorar as capacidades para lutar como uma força conjunta.

Terrorism (2006)²³⁵ e o *National Military Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction* (2006), todos emitidos pelo Chefe de Estado-Maior General Conjunto.

Entretanto, a mudança de “pensamento político” deu-se efectivamente com a *National Defense Strategy*²³⁶, em 2005, a que se seguiria uma nova *National Security Strategy* do Presidente (o documento mais importante em termos de Segurança e Defesa nos EUA)²³⁷ e outras actualizações (como a *National Strategy for Homeland Security*, em 2007, e a *National Strategy for Combating Terrorism*, em 2006) e novos documentos (como a *National Strategy for Information Sharing*, em 2007). Nestes novos documentos, é assumido à partida que a América está em Guerra (*America is at war*), e que os dois pilares fundamentais em que deve assentar a NSS²³⁸ (e por inerência todas as estratégias dos EUA) são:

Promover a Liberdade, a Justiça e a Dignidade Humana;
Liderar uma Comunidade de Democracias.

Esta nova visão realista, que tem em atenção as lições aprendidas na luta antiterrorista, assume claramente (na linha de Condoleezza Rice) a necessidade do apoio dos aliados e dos parceiros, independentemente das ameaças continuarem a incluir o Terrorismo, as Armas de Destruição Maciça (ADM), os Conflitos Regionais, os Estados Fracos e Falhados, a Tirania²³⁹ e a Ideologia Extremista Islâmica.

Os documentos passaram a destacar que a luta contra os terroristas transnacionais constituirá a “maior batalha ideológica” (e não só a “batalha militar”) dos próximos anos do século XXI, assumindo claramente a sua longevidade, tendo em atenção que a democracia será o melhor antídoto contra o terrorismo. Ainda neste sentido, os últimos documentos destacam a importância de descentrar a luta da al Queda e de acentuar a coordenação e integração da troca de informações (daria origem à NSIS) entre todos os actores externos, públicos e privados.

²³⁵ Define a estratégia nacional das Forças Armadas para a guerra global contra o terrorismo, no Território Nacional e no estrangeiro, apoiando a estratégia governamental e dando orientações estratégicas para as operações e actividades militares. Identifica inclusivamente "centros de gravidade" do Inimigo aos níveis estratégico, operacional e tático. Normaliza ainda, todos os conceitos relacionados com a luta contra o terrorismo.

²³⁶ Serve de ligação entre as actividades exclusivamente militares e as actividades não militares da responsabilidade das diferentes agências governamentais. Articulada com a NSS, define os seguintes objectivos estratégicos: garantir a segurança dos EUA em face de ataques directos, em especial de ADM; manter a liberdade estratégica e a capacidade de intervenção global; reforçar as alianças e as parcerias, para estabelecer condições favoráveis à segurança.

²³⁷ Obrigatório ler: Doyle, B. Richard, "The U.S. National Security Strategy: Policy, Process, Problems", in *Public Administration Review*, July/August 2007, pp 624-629.

²³⁸ Explica como os EUA protegem o povo americano: os interesses nacionais; a segurança global, e a expansão global da liberdade e da prosperidade.

²³⁹ Que substitui a linguagem do "eixo do mal" e que inclui países como o Irão, Cuba, Burma, Zimbabwe, Síria e Coreia do Norte.

Ao nível das opções estratégicas regionais, a centralidade dos diferentes documentos está assente no continente asiático, e na necessidade de partilha de poder com os “Países Chave” como o Paquistão, a Índia, a China, o Japão e a Austrália, numa espécie de arco de controlo da própria China, em crescendo no novo mundo. Os novos documentos assumem claramente a importância da globalização, que assumidamente deve constituir um instrumento de desenvolvimento dos EUA. Os documentos também não esquecem o continente africano, que deve ser “assumido sem paternalismos”, mas com o intuito de desenvolvimento e paz (contraterrorismo e luta contra a proliferação de Armas de Destruição Maciça, especialmente nos Estados Fracos e Falhados), pois só desse modo poderá posteriormente constituir um verdadeiro parceiro económico ao nível dos hidrocarbonetos. Finalmente, a guerra no Iraque e no Afeganistão, continua a ser uma referência da luta global contra o terrorismo transnacional de que os Europeus e os aliados em geral não se podem alhear.

As novas estratégias nacionais voltam a abrir portas ao passado da guerra-fria (que serve agora como referência de uma vitória longa e dura), assumindo que os objectivos são mais idealistas e que os meios e as acções deverão ser mais realistas.

Ao nível da *Homeland Security*, e depois da criação do Departamento e de toda uma super estrutura com cerca de 180.000 pessoas²⁴⁰, os ensinamentos do Katrina levaram a transformações profundas, de que se destaca o incentivo à cultura de coordenação entre todos os actores aos vários níveis (local, tribal, estadual, federal e mesmo do sector privado). Outro aspecto, extensivo ao Departamento de Estado, diz respeito à necessidade de compreender que a luta contra o terrorismo deve incluir a utilização de todos os instrumentos de poder, desde o diplomático, ao militar, passando pelo económico, financeiro e legal.

No que respeita à “forma”, é notória a influência dos diferentes relatórios do Congresso, na medida em que a maioria dos documentos passou a ter uma organização semelhante à da *National Strategy for Homeland Security*, a saber:

Realidade actual da Homeland Security;

Ameaças Actuais;

Visão e Estratégia para a Homeland Security;

Prevenir e Destruir ataques terroristas;

Proteger o Povo Americano;

Responder a Catástrofes;

Assegurar o Sucesso a Longo Prazo...

Mais recentemente, os planos fiscais de âmbito estratégico foram normalizados e alargados a todos os departamentos de Estado. Como exemplo temos o último *Strategic Plan Fiscal Years 2007-2012*, que é transversal a todos os

²⁴⁰ Criado em 25 de Novembro de 2002 pelo Presidente e com relações com mais de 22 agências federais diferentes.

departamentos no que concerne à luta contra o terrorismo. Mais concretamente, e no caso do Departamento de Estado de Rice (elaborado em parceria com a *Agency for International Development*), denominado de "Diplomacia Transformacional", são incluídos os "objectivos estratégicos" e as "prioridades regionais". Relativamente aos objectivos estratégicos²⁴¹ o destaque vai para uma linguagem mais humanista e cooperativa, que inclui a "promoção da compreensão internacional". No que se refere às prioridades regionais o destaque vai para África em termos geoeconómicos, para a Ásia (sem esquecer os "Países Chave") em termos geopolíticos e geoeconómicos e para o Médio-Oriente em termos geoestratégicos.

4. O 9/11 e a Transformação do Planeamento Estratégico

Depois do 9/11 houve uma proliferação de documentos de âmbito estratégico, com consequências ao nível de uma maior e melhor coordenação entre todos os actores (caso da NSS 2002 e 2006 e de todas as estratégias pós 2005).

O 9/11 despertou os EUA para uma "Grande Estratégia", que pode inclusivamente ser dividida em duas fases: uma primeira fase entre 2001 e 2005, dominada pelos neoconservadores, centrada no isolacionismo e com conceitos de acção estratégica muito limitados pelo sentido de vingança, que levou a acções penalizadoras em termos de opinião pública mundial; uma segunda fase desde 2005, dominada pelos realistas, com sentido de futuro e de construção de uma nova era mundial, centrada na assunção de que os aliados são fundamentais numa luta global contra uma ameaça global.

As diferentes estratégias foram difundidas a níveis distintos, tendo sido centralizadas na Casa Branca (Presidente e *National Security Council*) ao nível das *National Strategy*. Um segundo nível incluiu a *National Strategy for Homeland Security* e a *National Strategy for Combating Terrorism*, com conceitos de acção estratégicos orientados para a luta antiterrorista. A um terceiro nível, ainda com as *National Strategy* da Casa Branca, podemos descortinar a *National Strategy for Physical Protection of Critical Infrastructures*, a *National Strategy to Secure Cyberspace*, a *National Strategy for Information Sharing*, a *National Strategy for Weapons of Mass Destruction* e a *National Strategy for Maritime Security*.

Esta hierarquia funcional inclui ainda um quarto nível, trabalhado pelos diferentes Departamentos ou Organismos, como a *National Money Laundering Strategy* (dos Departamentos do Tesouro e da Justiça), a *National Defense Strategy* (do Departamento de Estado) e a *National Strategy to Combat Terrorism Travel* (do *National Counterterrorism Center*). Subordinadas a estes conceitos de acção estratégicos departamentais estão ainda outros documentos mais específicos, e mais ligados às questões operacionais e táticas. É o caso dos Planos Fiscais

²⁴¹ Respectivamente: 1. Busca da Paz e Segurança; 2. Governar com Justiça e Democracia; 3. Investir nas Pessoas; 4. Promover o desenvolvimento económico e a prosperidade; 5. Fornecer assistência humanitária; 6. Promover a compreensão internacional; 7. Fortalecer a capacidade de gestão das embaixadas.

2007-2012 (Defesa, *Homeland Security*, Negócios Estrangeiros, Justiça, Interior, Saúde e Serviços Humanos, Tesouro, Educação, Agricultura, Comércio, Energia, Transportes...), das *Policy Frameworks (...for Bilateral Foreign Aid)* e das estratégias específicas (como as *Fragil States Strategy*), com mais conceitos de acção, mas tendo sempre por referência superior a *National Security Strategy* do Presidente.

A esta hierarquia "funcional" poderíamos juntar outras hierarquias mais orientadas para a "temática" dos Conceitos Estratégicos (*Homeland Security*, *Cyberspace*, *WMD...*) ou para a divisão entre os conceitos circunscritos à *Homeland Security* e os relacionados com a capacidade de intervenção global dos EUA.

Inquestionável é também o facto de terem sido criados novos órgãos (*Homeland Security*, *Office of Director of National Intelligence*, *National Counterterrorism Center...*), de se ter evoluído em termos de coordenação e integração dos diferentes documentos, com consequências ao nível de uma leitura mais clara do "Pensamento Estratégico" (apesar da consciência de que nem tudo pode ser escrito, mesmo que se trate de uma potência global). Por outro lado, a metodologia de abordagem e a "forma" dos diferentes documentos têm sido normalizadas desde 2005. Evoluiu-se claramente para conceitos que obedecem agora aos requisitos necessários a um "conceito estratégico ideal", a saber: (1) desígnio, finalidade, e metodologia; (2) definição do problema e da avaliação do risco; (3) fins, objectivos subordinados, actividades e qualidade das medidas; (4) recursos, investimentos e risco de gestão; (5) papel organizacional, responsabilidade e coordenação; (6) integração e implementação.

Esta evolução teve os contributos importantes dos diferentes órgãos de inspecção e em particular dos órgãos do Congresso (como o *GAO United States Government Accountability Office*, a "arma de investigação do congresso"), que conseguiram controlar a eficácia e eficiência do Planeamento Estratégico, através da análise da forma, das relações hierárquicas, das responsabilidades, e dos financiamentos.

Apesar de ainda não haver um verdadeiro ciclo de Planeamento Estratégico, podemos já descortinar uma hierarquia funcional, que se torna importante ao nível da relação entre os diferentes documentos. É também perceptível que a Política e a Estratégia se confundem, tal como acontece durante os períodos de guerra convencional, com as inerentes vantagens ao nível de uma maior liberdade de acção e objectividade, mas também ao nível de uma maior integração de todos os vectores e actores. Daí que a "*America is at War*"...

5. Evolução do "Pensamento Estratégico"

Em face do Terrorismo, a "Grande Estratégia" dos EUA, assente na matriz "militar-economia-cultura", vem desenvolvendo, desde 2001, especialmente os vectores economia e cultura, em detrimento do vector militar, com especial ênfase depois de 2005, altura a partir da qual o peso do Departamento de Estado

se vem sobrevalorizando relativamente ao Departamento da Defesa (apesar da manutenção do racional da "preemption doctrine"²⁴²).

É também perceptível, através da leitura cuidada dos diferentes documentos, que existe um antes e um depois de 2005 (marcado pela *National Defense Strategy*)²⁴³, do neoconservador e isolacionista anterior a 2005, ao realista e mais preocupado com a redefinição do Sistema Político Internacional do depois de 2005.

Actualmente, a Estratégia Global dos EUA assenta na liderança de uma rede mundial de grandes potências demoliberais, com especial destaque para os "Key States". Estes últimos incluem a Índia, o Paquistão, a China, a Austrália e o Japão. Este novo sistema de alianças visa essencialmente combater as ameaças não tradicionais (Terrorismo/Estados Fracos e Falhados/Armas de Destruição Maciça), sustentar a globalização e usar a própria globalização como instrumento de integração da China.

O Pensamento Estratégico evoluiu ainda para o assumir da necessidade dos aliados, para a necessidade de uma maior compreensão das diferenças e para um maior empenhamento ao nível das instituições multilaterais²⁴⁴.

Ao nível das opções estratégicas, o centro da Estratégia foi alterado para a Ásia, onde devem convergir todos os esforços no sentido de controlar o desenvolvimento e crescimento da China, aproveitando os próprios desafios que a globalização acarreta. Por outro lado, existe um forte empenhamento no continente africano, mais com os vectores desenvolvimento e economia, mas também no sentido de estabilizar uma região onde abundam os Estados Fracos e os Estados Falhados, que normalmente são "usados" por movimentos terroristas. A Síria e o Irão continuam a ser entendidos como os "Estados Tiranos" financiadores do Terrorismo Transnacional.

Relativamente à luta contra o terrorismo, assistimos ao assumir crescente de que constitui efectivamente uma guerra ideológica de longa duração e que "*Since the September 11 attacks, America is safer, but we are not yet safe*"...

O Terrorismo Transnacional passou a ser entendido como uma nova e mais ampla fase de uma guerra subversiva global²⁴⁵, com consequente investimento na componente psicológica (a conquista das mentes), na formação cultural do Soldado e no reforço das alianças, em especial com os países islâmicos moderados. Neste sentido, tem sido importante o investimento na comunidade das informações e em particular na troca de informações (daí o novo *National Strategy for Information Sharing: successes and challenges in improving*

²⁴² Que segundo Richard B. Doyle, constitui a parte mais controversa da NSS de 2006, apesar da sua aplicabilidade estar prevista sobretudo no caso da utilização de ADM (que inclui ainda os "esforços proactivos de contraproliferação") por parte dos terroristas.

²⁴³ Ver Donnelly, Tom, "The Pentagon's New Plan: Is the new National Defense Strategy an improvement or a stepbackward?", in *Weekly Standard*, March 25, 2005.

²⁴⁴ Ver Santos, Diana Vieira dos, e Raposo, Henrique, " regresso ao Realismo Anglo- Americano, sistema de alianças e o lugar da Europa no século XXI", *Revista Nação e Defesa*, n.º 113, pp. 129-156.

²⁴⁵ Na linha de Merari, Ariel, "Terrorism as a Strategy of Insurgency", *Terrorism and Political Violence*, Vol. 5, Nº 4 (Winter 1993), pp. 213-251.

terrorism-related information sharing, de Outubro de 2007), mas também na difusão dos sucessos entretanto conseguidos²⁴⁶. Por outro lado, o assumir de que se trata de um conflito ideológico, transporta a solução para a implementação da democracia (implica uma agenda mais moralista, global e ambiciosa), entendida nos mais recentes documentos com o antídoto para o terrorismo, o que implica a utilização dos vários instrumentos de poder e não exclusivamente do militar.

Em suma, as lições aprendidas ao nível político, estratégico, operacional, tático e logístico, contribuíram significativamente para a “normal” evolução do pensamento político e para o “renascimento” da escola realista na Casa Branca.

6. Considerações Finais

O Terrorismo e em particular o 9/11 marcaram a agenda do sistema político internacional, mas também a visão dos EUA relativamente ao “Terrorismo Transnacional” e por consequência todo o seu processo de planeamento estratégico de segurança nacional.

Efectivamente, o “Terrorismo Transnacional” constituiu claramente o “detonador” de grande parte dos “conceitos estratégicos” dos EUA, mas também o “denominador comum” das estratégias e o “capital” das opções políticas e estratégicas.

A transformação de que foi alvo o planeamento estratégico dos EUA, foi considerável, sobretudo depois de 2005 e teve lugar ao nível da difusão concertada e centralizada de um número crescente de documentos orientadores das acções a desenvolver pelos diferentes “órgãos” dos EUA (a Estratégia explícita), mas também ao nível das próprias mentalidades (parte da Estratégia implícita).

As consequências têm sido bem visíveis no que concerne a uma “Estratégia Global”, a uma maior e melhor coordenação entre todos os “órgãos”, à proliferação de estratégias nacionais (mas todas subordinadas à NSS), à criação de novos órgãos (em especial na área das Informações e da *Homeland Security*), mas também a uma relação bem mais próxima entre o planeamento (mais ideal) e a acção (mais realista).

Depois dos neoconservadores, o domínio político dos bastidores da administração americana tem sido sobretudo de uma renascida escola realista, mais virada para o Mundo e para a utilização de todos os instrumentos do poder na construção de uma nova (e assumida) Ordem Internacional. Na nossa perspectiva, esta escola, bem explícita nas diversas Estratégias Nacionais e nos diversos documentos de cariz estratégico, continuará a dominar a Casa Branca, independentemente do partido a que pertencer o próximo Presidente²⁴ ...

²⁴⁶ Difundidos pelo Presidente em Setembro de 2006, através do documento *"9/11 Five Years Later: Successes and Challenges"*.

²⁴⁷ Mesmo sendo do partido democrático, como é o caso de Barack Obama depois de 20 de Janeiro de 2009.